



28. Sobre as características dos contratos administrativos, considere:
- I. As cláusulas exorbitantes, que constituem uma das características do contrato administrativo, são cláusulas que colocam a Administração Pública em posição de supremacia, conferindo-lhe prerrogativas em relação ao contratado.
- II. O princípio da finalidade não está previsto nos contratos da Administração Pública regidos pelo Direito Privado.
- III. Obediência à forma prescrita em lei é uma das características dos contratos administrativos.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) II.
- (B) III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.
-
29. Sobre os atributos dos atos administrativos, é INCORRETO afirmar:
- (A) A imperatividade é uma das características que distingue o ato administrativo do ato de direito privado.
- (B) A auto-executoriedade não existe em todos os atos administrativos.
- (C) Imperatividade consiste na possibilidade que certos atos administrativos ensejam de imediata e direta execução pela Administração Pública, independentemente de ordem judicial.
- (D) A presunção de legitimidade é qualidade inerente a todo o ato da Administração Pública.
- (E) A presunção de veracidade diz respeito aos fatos, isto é, em decorrência dele, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela Administração.
-
30. Os contratos administrativos
- (A) não podem ser rescindidos em razão da inexecução parcial, cabendo, nesse caso, apenas a aplicação de sanções pecuniárias ao contratado.
- (B) podem ser escritos ou verbais, sendo estes reservados apenas para compras até o valor de R\$ 10.000,00.
- (C) de valor inferior a R\$ 50.000,00 não precisam ser publicados na imprensa oficial.
- (D) não podem conter cláusulas exorbitantes.
- (E) são ajustes que a Administração, agindo nessa qualidade, firma com particular ou com outra entidade administrativa para a consecução de objetivos de interesse público, nas condições estabelecidas pela própria Administração.
-
31. Sobre a competência, no âmbito do processo administrativo regulado pela Lei nº 9.784/99, é certo que
- (A) ela é irrenunciável.
- (B) a decisão de recursos administrativos pode ser objeto de delegação, desde que para autoridade imediatamente subordinada.
- (C) o ato de delegação dispensa a publicação em meio oficial se for expressamente cientificada a autoridade delegada e seus subordinados.
- (D) o ato de delegação é irrevogável antes de completar 01 ano da sua expedição.
- (E) é vedada a avocação de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.
-
32. A pena de advertência prevista na Lei nº 8.112/90, que deve ser aplicada por escrito, NÃO é cabível quando o servidor
- (A) retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.
- (B) exercer qualquer atividade que seja incompatível com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.
- (C) opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço.
- (D) cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado.
- (E) manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.
-
33. É norma prevista na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92):
- (A) Constitui infração administrativa a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.
- (B) O Ministério Público não pode, de ofício, requisitar a instauração de procedimento administrativo para apurar ilícito previsto na Lei de Improbidade.
- (C) Em vista da gravidade da infração, a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos podem se efetivar antes mesmo do trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (D) A aplicação das sanções previstas na lei de improbidade independe da aprovação ou rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
- (E) Para os agentes exercentes de mandatos, as ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na Lei de Improbidade prescrevem em oito anos após o término do exercício do respectivo mandato.

**Direito Civil**

34. Dentre outros, NÃO será registrado no Registro Civil de Pessoas Naturais

- (A) a petição inicial de pedido de interdição por incapacidade absoluta.
- (B) a emancipação por outorga dos pais.
- (C) a sentença declaratória de morte presumida.
- (D) os nascimentos, casamentos e óbitos.
- (E) a interdição por incapacidade absoluta ou relativa.

35. A respeito das fundações é correto afirmar:

- (A) A fundação deve ser instituída por escritura pública, através de dotação especial de bens, sendo que seu ato constitutivo não pode fixar prazo para a sua existência.
- (B) A alteração do estatuto da fundação deve ser aprovada pelo órgão do Ministério Público, não podendo o juiz supri-la a requerimento do interessado.
- (C) Se a fundação tiver sede no Rio de Janeiro, mas as suas atividades se estenderem por mais de um Estado, caberá, em cada um deles, ao respectivo Ministério Público o encargo de por ela velar.
- (D) A fundação criada para fins econômicos será submetida à fiscalização do Ministério Público e do Banco Central.
- (E) A fundação criada para fins políticos deverá ter o seu estatuto registrado no Tribunal Regional Eleitoral do lugar da sua sede.

36. A respeito da decadência, considere:

- I. É nula a renúncia à decadência fixada em lei.
- II. Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei.
- III. Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita só poderá alegá-la na contestação.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I.

37. Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção. A respeito da evicção, é certo que

- (A) não subsiste a garantia da evicção se a aquisição se tenha realizado em hasta pública.
- (B) as partes não podem, por cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.
- (C) subsiste para o alienante esta obrigação, ainda que a coisa alienada esteja deteriorada, exceto havendo dolo do adquirente.
- (D) pode o adquirente demandar pela evicção, mesmo se sabia que a coisa era alheia ou litigiosa.
- (E) o adquirente não pode pleitear nem a rescisão do contrato, nem a indenização, se a evicção for parcial e o valor do prejuízo não for considerável.

38. Denomina-se *vacatio legis*

- (A) o período de tramitação da lei no Congresso Nacional.
- (B) o instituto de direito não regulamentado por lei.
- (C) o período de vigência da lei temporária.
- (D) o intervalo entre a data da publicação da lei e a da sua entrada em vigor.
- (E) a situação jurídica dos fatos regulamentados por lei revogada.

Direito Processual Civil

39. Distribuir-se-ão por dependência as causas de qualquer natureza quando, tendo sido extinto o processo, sem julgamento de mérito, for reiterado o pedido,

- (A) ainda que sejam parcialmente alterados os réus da demanda, sendo vedada a possibilidade de formação de litisconsórcio ativo com outros autores.
- (B) ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam totalmente alterados os réus da demanda.
- (C) desde que não haja alteração dos polos ativo e passivo da demanda.
- (D) ainda que em litisconsórcio com outros autores, sem possibilidade de alteração dos réus da demanda.
- (E) ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda.



40. Recebida a petição inicial, se a matéria arguida for unicamente de direito, o Magistrado poderá dispensar a citação e proferir imediatamente sentença se no juízo já houver sido proferida sentença de total
- (A) improcedência em outros casos idênticos, sendo possível a reconsideração da decisão no caso de interposição de recurso de apelação pelo autor.
- (B) procedência ou improcedência em outros casos idênticos, sendo possível a reconsideração da decisão no caso de interposição de recurso de apelação.
- (C) improcedência em outros casos idênticos, sendo vedada a reconsideração da decisão no caso de interposição de recurso de apelação pelo autor.
- (D) procedência ou improcedência em outros casos idênticos, sendo vedada a reconsideração da decisão no caso de interposição de recurso de apelação pelo autor.
- (E) procedência em outros casos idênticos, sendo possível a reconsideração da decisão no caso de interposição de recurso de apelação pelo autor.
-
41. Considere as seguintes assertivas sobre o Processo de Execução:
- I. Opostos embargos à execução pelo executado a desistência da execução pelo exequente dependerá sempre da concordância do embargante.
- II. Pratica ato atentatório à dignidade da Justiça o executado que, intimado, não indica ao juiz, em 5 (cinco) dias, quais são e onde se encontram os bens sujeitos à penhora e seus respectivos valores.
- III. Não dependem de homologação pelo Supremo Tribunal Federal, para serem executados, os títulos executivos extrajudiciais, oriundos de país estrangeiro, mas, para ter eficácia executiva, há de satisfazer aos requisitos de formação exigidos pela lei do lugar de sua celebração e indicar o Brasil como o lugar de cumprimento da obrigação.
- IV. O exequente poderá, no ato da distribuição, obter certidão comprobatória do ajuizamento da execução, com identificação das partes e valor da causa, para fins de averbação no registro de imóveis, registro de veículos ou registro de outros bens sujeitos à penhora ou arresto.
- De acordo com o Código de Processo Civil está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) II, III e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e III.
-
42. No que se refere aos prazos, de acordo com o Código de Processo Civil é correto afirmar que
- (A) o juiz poderá, nas comarcas onde for difícil o transporte ou em caso de calamidade pública, prorrogar quaisquer prazos, mas nunca por mais de 60 (sessenta) dias.
- (B) quando a lei não marcar outro prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento depois de decorridas 48 (quarenta e oito) horas.
- (C) o advogado que exceder o prazo legal para devolver os autos será intimado para devolução no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de perder o direito de vista fora de cartório e incorrer em multa, correspondente a dois salários mínimos vigentes na sede do juízo.
- (D) computar-se-á em quádruplo o prazo para contestar e em dobro para recorrer quando a parte for a Fazenda Pública, o Ministério Público, ou Empresa Pública.
- (E) se suspende o curso do prazo quando for oposta exceção de impedimento ou suspeição do juiz, devendo ser restituído o prazo por tempo igual ao que faltava para a sua complementação.
-
43. No que concerne ao processo cautelar, de acordo com o Código de Processo Civil, é INCORRETO afirmar:
- (A) As medidas cautelares serão requeridas ao juiz da causa e, quando preparatórias, ao juiz competente para conhecer da ação principal.
- (B) Salvo decisão judicial em contrário, a medida cautelar não conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.
- (C) O requerido será citado, qualquer que seja o procedimento cautelar, para, no prazo de 5 (cinco) dias, contestar o pedido, indicando as provas que pretende produzir.
- (D) A medida cautelar poderá ser substituída, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa para o requerido, sempre que adequada e suficiente para evitar a lesão ou repará-la integralmente.
- (E) Cabe à parte propor a ação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório.



<p>44. No que se refere aos deveres das partes e dos procuradores, de acordo com o Código de Processo Civil é certo que o juiz ou o tribunal, de ofício ou a requerimento da parte, condenará o litigante de má-fé a pagar multa não excedente a</p> <p>(A) um por cento sobre o valor da causa e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou, sendo o valor da indenização desde logo fixado pelo juiz, em quantia não superior a 20% sobre o valor da causa, ou liquidado por arbitramento.</p> <p>(B) dois por cento sobre o valor da causa e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou, sendo o valor da indenização desde logo fixado pelo juiz, em quantia não superior a 20% sobre o valor da causa, ou liquidado por arbitramento.</p> <p>(C) um por cento sobre o valor da causa e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou, sendo o valor da indenização desde logo fixado pelo juiz, em quantia não superior a 30% sobre o valor da causa, ou liquidado por arbitramento.</p> <p>(D) dois por cento sobre o valor da causa e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou, sendo o valor da indenização desde logo fixado pelo juiz, em quantia não superior a 30% sobre o valor da causa, ou liquidado por arbitramento.</p> <p>(E) um por cento sobre o valor da causa e a indenizar a parte contrária dos prejuízos que esta sofreu, mais os honorários advocatícios e todas as despesas que efetuou, sendo o valor da indenização desde logo fixado pelo juiz, em quantia não superior a 10% sobre o valor da causa, ou liquidado por arbitramento.</p>	<p>46. Com relação às férias é correto afirmar:</p> <p>(A) São computadas como tempo de serviço do obreiro as férias gozadas e indenizadas.</p> <p>(B) Somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em dois períodos, sendo que um dos quais não poderá ser inferior a quinze dias.</p> <p>(C) Terá direito a férias o empregado que no curso do período aquisitivo deixar o emprego e for readmitido noventa dias após à sua saída.</p> <p>(D) O empregado que faltar dez vezes ao serviço injustificadamente dentro de um período de doze meses terá direito a 24 (vinte e quatro) dias corridos de férias.</p> <p>(E) Aos maiores de cinquenta anos as férias poderão ser fracionadas em dois períodos, uma vez que a lei prevê essa possibilidade.</p> <p>47. Joana labora para a empresa X e presta habitualmente horas extras há um ano e oito meses. A empresa X pretende suprimir tais horas. Neste caso, a empregadora</p> <p>(A) poderá suprimir as horas extras habitualmente prestadas, mas deverá pagar a Joana o valor de um mês das horas extras supridas multiplicado por doze.</p> <p>(B) poderá suprimir as horas extras habitualmente prestadas, mas deverá pagar a Joana o valor de um mês das horas extras.</p> <p>(C) poderá suprimir as horas extras habitualmente prestadas e não há qualquer valor a título de indenização.</p> <p>(D) não poderá suprimir as horas extras habitualmente prestadas, uma vez que é vedado a redução unilateral de salário.</p> <p>(E) poderá suprimir as horas extras habitualmente prestadas, mas deverá pagar a Joana o valor de um mês das horas extras supridas multiplicado por dois.</p>
<p style="text-align: center;">Direito do Trabalho</p> <p>45. Considere:</p> <p>I. Julgar os agravos de petição.</p> <p>II. Impor multas e demais penalidades relativas a atos de sua competência jurisdicional.</p> <p>III. Processar e julgar originariamente os dissídios coletivos.</p> <p>IV. Processar e julgar em última instância as ações rescisórias das Varas do trabalho.</p> <p>De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho compete ao Tribunal Pleno, quando o Tribunal Regional do Trabalho for dividido em turmas, as funções indicadas SOMENTE em</p> <p>(A) I e IV.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) I, II e III.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>	<p>48. Considere as seguintes assertivas a respeito da jornada de trabalho:</p> <p>I. É lícito o ajuste individual escrito de compensação da jornada de trabalho, não sendo obrigatório o ajuste através de norma coletiva.</p> <p>II. A compensação de jornada de trabalho poderá ser ajustada pelo período máximo de dois anos.</p> <p>III. O regime de compensação de horas poderá ser usado por empresas que têm acréscimo de produção sazonal ou para ciclos conjunturais.</p> <p>IV. Se o contrato de trabalho for rescindido antes da compensação de jornada de trabalho, fará jus o trabalhador ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I, III e IV.</p> <p>(C) III e IV.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) I, II e III.</p>



<p>49. A empresa X pretende fornecer alimentação para seus empregados como salário utilidade. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a empregadora</p> <p>(A) poderá fornecer a alimentação como salário utilidade, mas esta não poderá exceder 20% do salário contratual.</p> <p>(B) poderá fornecer a alimentação como salário utilidade, mas esta não poderá exceder 25% do salário contratual.</p> <p>(C) não poderá fornecer a alimentação como salário utilidade havendo expressa vedação legal neste sentido.</p> <p>(D) só poderá fornecer a alimentação como salário utilidade se houver previsão em norma coletiva, mas esta não poderá exceder 25% do salário contratual.</p> <p>(E) poderá fornecer a alimentação como salário utilidade, mas esta não poderá exceder 30% do salário contratual.</p>	<p>52. Em regra, os sindicatos poderão ser</p> <p>(A) distritais, municipais, intermunicipais, estaduais e interestaduais.</p> <p>(B) municipais, intermunicipais, estaduais e interestaduais.</p> <p>(C) municipais, intermunicipais, estaduais, interestaduais e nacionais.</p> <p>(D) somente municipais e intermunicipais.</p> <p>(E) somente municipais, intermunicipais e estaduais.</p>
<p>50. O abono de férias</p> <p>(A) não integrará a remuneração do empregado, desde que não excedente de dez dias do salário.</p> <p>(B) integrará sempre a remuneração do empregado, em razão da natureza jurídica dos abonos em geral.</p> <p>(C) não integrará, em nenhuma hipótese, a remuneração do empregado, tratando-se de exceção prevista na Consolidação das Leis do Trabalho.</p> <p>(D) não integrará a remuneração do empregado, desde que não excedente de vinte dias do salário.</p> <p>(E) não integrará a remuneração do empregado, desde que não excedente de quinze dias do salário.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Processual do Trabalho</p> <p>53. Mirela ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora a empresa GATO. Mirela deixou de comparecer na audiência previamente designada uma vez que se atrasou no cabeleireiro e o processo foi arquivado. Mirela ajuizou outra reclamação trabalhista com os mesmos fundamentos, causa de pedir e pedidos, mas também não compareceu na audiência previamente designada uma vez que se atrasou em sua massagem modeladora. Neste caso, Mirela</p> <p>(A) só poderá apresentar nova reclamação trabalhista em face da empresa GATO após o decurso do prazo de seis meses.</p> <p>(B) poderá apresentar imediatamente nova reclamação trabalhista em face da empresa GATO.</p> <p>(C) não poderá apresentar nova reclamação trabalhista em face da empresa GATO em razão da preclusão do direito de ação.</p> <p>(D) só poderá apresentar nova reclamação trabalhista em face da empresa GATO após o decurso do prazo de três meses.</p> <p>(E) só poderá apresentar nova reclamação trabalhista em face da empresa GATO após o decurso do prazo de doze meses.</p>
<p>51. Salvo se cometer falta grave, é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir</p> <p>(A) do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical até um ano após o final de seu mandato, caso seja eleito, exceto como suplente.</p> <p>(B) da data da posse em cargo de direção ou representação de entidade sindical até um ano após o final de seu mandato, inclusive se eleito como suplente.</p> <p>(C) do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical até um ano após o final de seu mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente.</p> <p>(D) do registro de sua candidatura a cargo de direção ou representação de entidade sindical até seis meses após o final de seu mandato, caso seja eleito, exceto como suplente.</p> <p>(E) da data da posse em cargo de direção ou representação de entidade sindical até um ano após o final de seu mandato, exceto se eleito como suplente.</p>	<p>54. Margarida ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora a empresa ALPHA. Na reclamação trabalhista, Margarida pretende ouvir o depoimento testemunhal de Jenyfer, sua colega de trabalho. O problema é que Jenyfer é americana e não fala a língua nacional. O M.M. Juiz que instrui o processo possui total conhecimento e fluência do inglês. Neste caso, o M.M. Juiz</p> <p>(A) deverá nomear tradutor juramentado, sendo que as despesas decorrentes desta tradução correrão inicialmente por conta da empresa ALPHA.</p> <p>(B) deverá tomar o depoimento de Jenyfer, determinando que o termo seja assinado pelas partes e por duas testemunhas presenciais.</p> <p>(C) deverá nomear intérprete, sendo que as despesas decorrentes desta tradução correrão inicialmente por conta da empresa ALPHA.</p> <p>(D) deverá nomear tradutor juramentado, sendo que as despesas decorrentes desta tradução correrão inicialmente por conta da Margarida.</p> <p>(E) deverá nomear intérprete, sendo que as despesas decorrentes correrão inicialmente por conta da Margarida.</p>



55. Contra a decisão de Tribunal Regional do Trabalho que reconhece ter havido nulidade ou a existência de irregularidade sanável e determina a baixa dos autos ao juízo de primeiro grau, para novo pronunciamento deste,
- (A) caberá embargos no prazo de oito dias.
- (B) caberá recurso de revista no prazo de oito dias.
- (C) não caberá recurso.
- (D) caberá recuso de revista no prazo de cinco dias.
- (E) caberá agravo regimental.
-
56. Considere:
- I. Acórdão regional prolatado em agravo de instrumento.
- II. Violação expressa de regimento interno de Tribunal Regional do Trabalho.
- III. Decisão proferida em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, por Tribunal Regional do Trabalho que viola expressamente lei estadual.
- IV. Decisão proferida em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, por Tribunal Regional do Trabalho que deu ao mesmo dispositivo de lei estadual interpretação diversa da que lhe foi dada por outro Tribunal Regional.
- Caberá recurso de revista SOMENTE nas hipóteses indicadas em
- (A) I e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) III e IV.
- (E) II e IV.
-
57. A prova pré-constituída nos autos
- (A) não pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta uma vez que processualmente foram produzidas antes da ocorrência da confissão.
- (B) pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta, não implicando cerceamento de defesa o indeferimento de provas posteriores.
- (C) pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta e o indeferimento de provas posteriores implica cerceamento de defesa.
- (D) não pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta uma vez que esta confissão gera presunção absoluta da verdade dos fatos confessos.
- (E) não pode ser levada em conta para confronto com a confissão ficta em razão do princípio da verdade real aplicado no processo do trabalho.
-
58. Com relação à Ação Rescisória é correto afirmar:
- (A) Quanto a antecipação ou postergação do *dies a quo* do prazo decadencial da ação rescisória, o juízo rescindente está adstrito à certidão de trânsito em julgado juntada com a ação rescisória.
- (B) Em regra, a interposição de recurso intempestivo ou a interposição de recurso incabível protraí o termo inicial do prazo decadencial.
- (C) O Ministério Público possui legitimidade *ad causam* para propor ação rescisória em qualquer hipótese legal prevista no Código de Processo Civil, ainda que não tenha sido parte no processo.
- (D) O litisconsórcio na ação rescisória é facultativo em relação ao polo passivo da demanda.
- (E) Em regra, para o ajuizamento de ação rescisória na Justiça do Trabalho, é obrigatório o depósito prévio de 10% do valor da causa.
-
59. Considere as seguintes assertivas a respeito da sentença e de sua liquidação:
- I. Os juros de mora e a correção monetária incluem-se na liquidação, ainda que omissos o pedido inicial ou a condenação.
- II. A correção monetária não incide sobre o débito do trabalhador reclamante.
- III. Se ambas as partes forem vencidas em alguma verba ou pedido, a sentença deverá prever as custas de forma proporcional entre reclamante e reclamada.
- IV. Os juros de mora incidem sobre a importância da condenação já corrigida monetariamente.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) I e II.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II e III.
-
60. Mário está sendo executado judicialmente. Ele não possui dinheiro em conta bancária, mas possui um diamante, um título da dívida pública da União, um barco a velas e um sítio em Valinhos. Neste caso, a penhora observará, preferencialmente, a seguinte ordem:
- (A) barco a velas, diamante, título da dívida pública da União e sítio em Valinhos.
- (B) diamante, sítio em Valinhos, barco a velas e título da dívida pública da União.
- (C) sítio em Valinhos, diamante, barco a velas e título da dívida pública da União.
- (D) sítio em Valinhos, barco a velas, diamante e título da dívida pública da União.
- (E) diamante, sítio em Valinhos, título da dívida pública da União e barco a velas.

